

## O PROCESSO POLÍTICO DE RESTAURAÇÃO DA IGREJA: EDUCAÇÃO E OS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS (1916- 1940).

Peri Mesquida

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

[mesquida.peri@pucpr.br](mailto:mesquida.peri@pucpr.br)

### RESUMO:

As relações de produção do capitalismo agrário estavam sendo, pouco a pouco, alteradas ao longo do Segundo Império, refletindo-se na abolição da escravatura e na absorção do trabalho assalariado. Também o sistema político se modifica com a presença, agora, de uma nova camada social hegemônica. No entanto, essas transformações provocam uma crise na “hegemonia social”. Esta crise tem uma dupla dimensão: por um lado, desmoronam as instituições estabelecidas pela formação social senhorial, com a função de promover a hegemonia social, com destaque para a Igreja Católica, e a nova classe dominante não conta com formas ideológicas e aparelhos de hegemonia capazes de ganhar o consentimento das classes subalternas à sua dominação. A Igreja, separada do Estado, precisa restaurar a hegemonia. Para tanto, fará apelo aos seus intelectuais e empreenderá uma guerra de posição, utilizando a educação como arma de combate.

**Palavras-chave:** educação, igreja, hegemonia, restauração, intelectuais, política.

### THE POLITICAL PROCESS OF RESTORATION OF THE CHURCH: EDUCATION AND ORGANIC INTELLECTUALS (1916-1940).

### ABSTRACT:

The relations of production of agrarian capitalism were being little by little changed during the Second Empire, reflecting on the abolition of slavery and the absorption of the employee labour. Also the political system is changing with the presence now, of a new layer social hegemonic. However, these change cause a crisis in “social hegemony”. This crisis has two dimensions: first, collapse the institutions established by the gentry social formation, with the task of promoting social hegemony, with emphasis on the Catholic Church, and the new ruling class does not count with ideological forms of hegemony and an apparatus capable of winning the consent of the subaltern classes to its domination. The church, separated from the state, must restore the hegemony. To do so, it will appeal to their organic intellectuals and undertake a war of position, using education as a combat weapon.

**Key-words:** education, church, hegemony, restoration, intellectuals, political.

### INTRODUÇÃO

A Igreja católica que, desde o século XVI, dominava as relações sociais e o imaginário popular, aliada ao Estado brasileiro, como religião oficial, está enfraquecida no final do século XIX e sua ação político-religiosa não alcança as grandes massas nem a intelectualidade da elite agrária. O regime de padroado debilitava tanto a sua ação religiosa quanto a sua influência política. O padroado, um privilégio concedido aos reis de Portugal pelos papas, a partir da Bula “Cuncta Mundi”, de Nicolau V, de 08/01/1454,

para exercerem a jurisdição espiritual nas terras descobertas, podendo instaurar dioceses, indicar bispos, sustentar o culto e dispor de tudo que dissesse respeito à difusão e à observação dos princípios cristãos, aliada ao “placet”, faria se estabelecer, nas relações da Igreja com o Estado, um verdadeiro regalismo. Por isso, ao mesmo tempo em que os bispos ficaram surpresos quando foi promulgado o Decreto nº 119 – A, de 07 de janeiro de 1890 e teimavam em não aceitar o inevitável, sentiam que, afinal, um peso lhes havia sido tirado dos ombros e das consciências: “um peso que nos abafava”, como os prelados escrevem na Pastoral Coletiva, de 1890.

Apoiados nas Encíclicas “Quanta Cura”, do Papa Pio IX, e “Rerum Novarum”, do Papa Leão XIII, reagem, agora positivamente, à separação e iniciam um duplo movimento de reação: em um primeiro momento, em direção às massas, procurando romanizá-las, depois, na direção da intelectualidade católica, na tentativa de trazê-la de volta para o seio da Igreja a fim de servirem-se dela na sua luta pela recuperação da hegemonia abalada e pela restauração do aparelho eclesiástico.

Se o padre Julio Maria foi um verdadeiro intérprete e oráculo da ortodoxia católica, no final do século XIX e início do século XX, encetando campanhas de divulgação do pensamento católico e de chamamento à “Santa Madre Igreja aos católicos de nome, mas não de prática e de ação” (LEME, 1916), Dom Sebastião Leme, a partir de 1916, desencadeará uma ação nacional, inicialmente, a partir do nordeste (Recife), depois, tendo como centro irradiador da dinamização da Igreja, o Rio de Janeiro, no sentido de apressar a restauração. Dom Leme irá centrar sua ação no chamamento dos intelectuais católicos. Para tanto, funda no Rio de Janeiro, em 1921 e 1922, a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital, respectivamente, órgãos de difusão do pensamento católico e de preparação de intelectuais. De Jackson de Figueiredo a Alceu de Amoroso Lima, Gustavo Capanema e Stela de Faro, entre outros, a investida de Dom Leme por meio da intelectualidade católica para disseminar as idéias e princípios católicos e exercer influência política, foi significativa e expressiva. Trata-se de uma verdadeira “guerra de posição” encetada por “intelectuais orgânicos”, como pudemos constatar pela análise e interpretação da correspondência trocada entre eles.

## 1. OS INTELECTUAIS CATÓLICOS E A GUERRA DE POSIÇÃO

Antonio Gramsci, nos seus Cadernos do Cárcere, trabalha a categoria de “guerra de posição”. O intelectual italiano escreve o seguinte, à página 810 dos Quaderni, edição de 1975:

“Pode-se dizer que (a guerra de posição) é o ponto de conexão entre a estratégia e a tática, seja em política, seja na arte militar” (GRAMSCI, 1975).

Isso nos leva a refletir sobre a expressão filosófico-política de “guerra de posição” como sendo uma ação tomada no sentido de infiltrar-se nas trincheiras “inimigas”, a fim de exercer influência e materializar a estratégia de luta.

Ao mesmo tempo, pode-se dizer que os intelectuais aí “infiltrados”, não somente traçariam e concretizariam a estratégia de participação no poder como também seriam elementos táticos na “manobra” de conquista de posições de importância na “fronteira”. A “fronteira” seria o local para onde estariam apontadas as armas de combate:

“Na guerra de posição se apontam e concentram as armas em um determinado ponto” (GRAMSCI, 1975, p. 1615) estratégico. Essa é a tática. Dessa maneira, pode-se minar a posição “adversária” com o mínimo desperdício de energia, sem dispersar as ações.

Gramsci acredita que no estágio em que se encontrava o sistema capitalista, a “guerra de movimento” já não seria mais viável, pois a classe dominante tem a posse do aparelho repressor legal. Por isso, ele preconiza uma ação inteligente e sutil: a “guerra de posição”. Sutil e eficiente, pois “na guerra de posição se age silenciosamente” (GRAMSCI, 1975, p. 1615).

Ao analisar a carta de Dom Sebastião Leme, quando ele ainda estava em Olinda, em 1916, e as ações por ele empreendidas logo que se transferiu para o Rio de Janeiro, no início dos anos de 1920 (capítulo 2), fica bastante clara a estratégia assumida pelo Prelado católico, pois a chamada à intelectualidade da Igreja vem acompanhada de ações concretas, com Jackson de Figueiredo e a criação da revista *A Ordem* e do *Centro Dom Vital*, órgãos respectivamente de ação estratégica e tática na luta pela restauração da força político-religiosa da Igreja, tendo como ponto de “conexão” os intelectuais já “formados” (Centro Dom Vital) e exercendo a tarefa de difundir idéias, princípios e valores (*A Ordem*) e a serem entrincheirados em posições estratégicas na sociedade civil e, em particular, no aparelho de Estado. Eles desenvolveriam uma guerra de posição com a finalidade de realizar uma “reforma intelectual e moral” capaz de colocar a Igreja no centro de difusão das concepções de mundo e do exercício do poder.

Com a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928, e sua substituição por Alceu de Amoroso Lima no comando dos dois órgãos de ação estratégica e tática de luta pela restauração da Igreja, bem como com a presença de Francisco Campos e, depois, de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, Dom Leme irá colocar no campo de “batalha” os intelectuais católicos a fim de que estes recrudescam a “guerra de posição”, em especial nas áreas da educação e da saúde (Capítulo 3 deste artigo). Essa “guerra de posição” empreendida em particular por Dom Leme e Alceu de Amoroso Lima, chega a ser, em certos momentos, uma “guerra de assédio” (GRAMSCI, 1975, p. 1802) ou, como poderíamos chamar, uma “guerra de pressão” em e sobre um órgão de grande importância política, que era o Ministério da Educação e Saúde. Estes intelectuais, sob as ordens e orientação de Dom Leme e Alceu, iriam assumir posições no aparelho de Estado onde poderiam exercer uma ação favorável às reivindicações da Igreja.

Entende-se, então, os pedidos de nomeação de “intelectuais” nos mais diversos postos do Ministério da Educação e Saúde (como iremos ver mais adiante) e do aparelho de governo. Por meio deles a Igreja faria a sua “guerra de posição”. Eles, por sua vez, levariam a cabo a “guerra de assédio”, lutando em favor da concretização dos pleitos do Arcebispado. É claro que as armas (estavam) assentadas em determinado ponto, em particular, como deve ocorrer na “guerra de posição” (GRAMSCI, 1975, p. 1615): O Ministério da Educação e Saúde, dirigido por Gustavo Capanema. Ali, os intelectuais orgânicos da Igreja “agiam silenciosamente” (GRAMSCI, 1975, p. 1668), mas eficazmente.

## 2. DOM LEME: A VOCAÇÃO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS PARA A GUERRA DE POSIÇÃO

Nas conferências episcopais de 1901, 1904, 1907 e 1911, a retomada do poder político-religioso e, de maneira especial, a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas, estiveram no centro da preocupação e dos debates dos prelados católicos. Finalmente, em 1915, a *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, Cuiabá e Porto Alegre*, não somente irá sintetizar o resultado das decisões das Conferências anteriores, como

estabelecerá as linhas de ação da Igreja que servirão de orientação para o processo de “restauração” da hegemonia político-religiosa da Igreja católica no Brasil. Trata-se de um documento que irá funcionar como constituição eclesiástica e como guia pastoral da Igreja até o momento em que as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II, de 1963, começaram a ser aplicadas. O seu tema central: a missão principal do clero católico é “guardar em sua integridade a fé professada pela Igreja Católica Apostólica Romana, fora da qual é impossível alcançar a salvação eterna” (PASTORAL COLETIVA DOS SENHORES ARCEBISPOS, 1915, N. 25), e esta depende da misericórdia divina por um lado, e da atitude do indivíduo, por outro lado. Trata-se de uma doutrina nova para o catolicismo brasileiro, universalista. A novidade trazida pela romanização é de difundir essa doutrina de modo sistemático e eficaz por meio da catequese escolar, associações, das diversas formas de pregação e da utilização do braço culto leigo da Igreja (MESQUIDA, 2001, p. 60)

A missão da Igreja de ensinar lhe foi dada por Jesus Cristo. Trata-se, portanto, de uma missão divina, por isso não pode ser negada por nenhum ser humano (PASTORAL COLETIVA DOS SENHORES ARCEBIPOS, 1915, n.110), e como a formação das crianças e dos jovens é feita na escola,

a Igreja Católica, por sua instituição divina, tem o direito inalienável e independente de todo o poder humano, não só de erigir, fundar e organizar escolas par formar e educar cristãmente a infância e a juventude, segundo os princípios e preceitos do Evangelho, mas também de exigir que, em quaisquer escolas, a formação e educação da juventude católica se sujeite à sua jurisdição, e que, em nenhuma matéria ou disciplina, se ensine coisa alguma contrária à religião e á moral (PASTORAL COLETIVA DOS SENHORES ARCEBISPOS, 1915, n.112).

Por isso, a Igreja deveria empreender uma “cruzada” em favor da fundação de escolas católicas e do ensino religioso nas escolas públicas. Mas, para isso, era fundamental que a Igreja tivesse professores capacitados e, ainda, intelectuais orgânicos nos quais a instituição eclesiástica pudesse depositar confiança. Esses intelectuais seriam formados no seio da Igreja e agiriam não somente como docentes, mas como pontas de lança da fé católica e dos anseios da hierarquia da Igreja nos diversos setores da sociedade civil e da sociedade política.

Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, nascido em Espírito Santo do Pombal, Estado de São Paulo, em 20/01/1882, resolveu mostrar, por meio de uma Carta Pastoral, a situação em que se encontrava a Igreja Católica no Brasil e quais os caminhos a seguir para que ela restaurasse a força política e religiosa (CARTA PASTORAL DE DOM SEBASTIÃO LEME, ARCEBISPO METROPOLITANO DE OLINDA, SAUDANDO OS SEUS DIOCESANOS, 1916). A rigor, Dom Leme constatava que, apesar do Brasil ser uma nação católica, a Igreja católica não exercia o poder que deveria exercer sobre a sociedade política e sobre a sociedade civil. Ele atribui, de início, essa falta de presença militante católica, à ignorância do povo católico e à inoperância dos intelectuais católicos. Dessa maneira, Dom Leme faz uma constatação que prenuncia o caminho que a Igreja deveria tomar se quisesse restaurar a sua força política e religiosa, pois o Arcebispo acreditava que o “divini magisteri” da Igreja não se limitaria à educação propriamente dita, mas iria além, alcançando a ação político-pedagógica:

“Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os nossos princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a Lei que

nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da Autoridade. Leigas são as nossas escolas, leigo o Ensino. Na fôrça armada da República, não se cuida de Religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica. O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública...Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e tôdas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo? Somos uma fôrça que não atua, e não influi, uma fôrça inerte” (DOM LEME, Carta Pastoral, p. 4 -7).

Dom Leme via os católicos como uma fôrça inoperante e isso impedia a Igreja de exercer influência política sobre o aparelho de Estado e político-religiosa sobre a sociedade civil. Mais ainda: a Igreja católica não difundia princípios, idéias, valores capazes de alcançar a sociedade e influenciar o pensamento da nação, a cultura, as leis, as decisões políticas. Afinal, “não cultivamos hábitos de propaganda” (DOM LEME, Carta Pastoral, 1916, p. 09). Um pouco mais adiante, Dom Leme se refere aos católicos dos Estados Unidos, da Alemanha, da Inglaterra, países onde são minoria, mas têm capelães no exército, ótimas universidades, escolas subvencionadas, ligas operárias, eleitorado consciente: “não agitamos, não movemos, não agimos...somos uma maioria asfixiada. O Brasil que aparece, o Brasil-Nação, êsse não é nosso. É da minoria” (DOM LEME, CARTA PASTORAL, 1916, p. 16-17).

Acredita Dom Leme que os intelectuais brasileiros são indiferentes ao catolicismo quando não verdadeiros adversários das doutrinas da Igreja:

“São ‘cientistas, filósofos, caçadores da razão última, ‘perscrutadores das causas’, disse alguém, mas bem singulares investigadores são êsses que, chumbando-se à aparência das cousas, renitem em não remontar à Causa Suprema, última explicação dos fenômenos do Cosmos. São historiadores, caminhantes da estrada magna dos séculos, mas fecham os olhos diante do fato cristão, fato vinte vêzes secular, que é o nervo da História. São juriconsultos, mestres da Ciência da Justiça e do Direito, mas voltam as costas a essa grande instituição que, para semear no mundo a Justiça, desvendou o Direito Natural e, ditando um Direito Nôvo, foi o berço da jurisprudência moderna, como é o sustentáculo da Lei e a arca da salvação no naufrágio da Justiça...Têm olhos de ver e não vêem; têm ouvidos e não ouvem. Ignoram a Religião Católica” (DOM LEME, CARTA PASTORAL, 1916, p 25-26).

E, os intelectuais católicos, onde estão, o que fazem? Eles seriam o braço culto da Igreja buscando cristianizar a ciência, os cientistas, a justiça, as leis, a política! Mas, infelizmente,

conhecimentos religiosos, precisos, claros, fundamentados, em geral não os têm. Quer São Paulo que a fé seja um *rationabile obsequium*. Devemos possuir as razões da nossa fé (DOM LEME, CARTA PASTORAL, 1916, p. 42),

mas os intelectuais da Igreja estão inertes, dormindo em berço esplêndido à margem de uma Igreja que, pela sua indolência, eles faziam adormecer, originando, conseqüentemente, o advento de “**um catolicismo dorminhoco**” (DOM LEME, CARTA PASTORAL, 1916, p 43)

Por isso, apela:

“formemos uma legião que combata: quem sabe falar, que fale; quem sabe escrever, que escreva; quem não fala e nem escreve, que

divulgue escritos de outros” (DOM LEME, CARTA PASTORAL, 1916, p. 43).

Esta legião de combatentes, bem preparada, deveria ser distribuída em diversos lugares da “fronteira” de luta da Igreja onde ela iria atuar, em particular, no Ministério da Educação e Saúde, seja na docência, seja em funções administrativas, seja em órgãos ligados aquele Ministério, como a Comissão Nacional de Proteção à Família.

Os intelectuais leigos, atuando em postos importantes do aparelho de Estado, iriam facilitar a restauração e difundir na sociedade os princípios cristãos.

Para estimular e reunir os intelectuais sob a proteção da Igreja, Dom Leme realizava uma **Páscoa dos Intelectuais**, celebrada com pompa na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, de maneira a fazê-los sentirem-se irmanados por uma corrente de fé e determinação. A presença do Arcebispo, celebrante oficial da missa e responsável pela pregação, conferia ao evento o tom solene necessário e o desejo de levar avante a missão para a qual o próprio Cristo, pela boca do Prelado, chamara aqueles que representavam o braço culto da Igreja:

a comunhão era dada por Dom Leme, pois todos queriam recebê-la das suas mãos...Era tão forte a onda de fé, que parecia erguer consigo os próprios corpos e libertá-los...Pequeno prodígio de unidade fraterna que só a caridade de Cristo e de sua Igreja pode realizar (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 187-188).

No entanto, não se tratava somente de chamar os intelectuais e reuni-los, mas conservá-los no seio da Igreja, fermentando a fé e alimentando o sentido da “missão”. Por isso, Dom Leme redigiu uma “**oração dos intelectuais**”. Acredita Laurita Raja Gabaglia (Irmã Maria Regina do Santo Rosário) que esta oração antes de ser composta para os intelectuais, Dom Leme a tenha rezado *em favor* dos intelectuais: “...dignai-vos, Senhor, de acolher benignamente a homenagem pobre que vos rende a nossa inteligência. Não a recuseis, Senhor, porque é sincera, consciente e desassombrada. Cremos firmemente nas verdades por vós reveladas, e aceitamos com amor o *magistério* infalível da Santa Igreja Católica Apostólica Romana. Nós temos fé, Senhor, mas aumentai a nossa fé! Lançai um olhar de clemência e misericórdia sobre os nossos intelectuais...Vós que sois a sabedoria incriada, pai e doador de todas as luzes, iluminai-os, para que tenham a visão da verdade e coragem para confessá-la...Que não tarde, Deus de amor, que não tarde a *restauração* espiritual da inteligência brasileira...” (SANTO ROSÁRIO A ALCEU, 1962).

### 3. DOM LEME, OS INTELECTUAIS E AS ARMAS DE COMBATE NA GUERRA DE POSIÇÃO

A rigor, Dom Leme dirige todo o seu esforço intelectual no sentido de criar dentro e para a Igreja uma camada de intelectuais que assegure o consenso não somente na sociedade civil, mas que também atue no aparelho de Estado, permitindo à Igreja ser o elemento de sedimentação de um novo bloco histórico. Diz Antonio Gramsci que

todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção, cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e

consciência da própria função não só no campo econômico, mas ainda no campo social e no político (GRAMSCI, 1975, p. 1513).

Dom Leme percebeu, na prática, quanto é difícil criar uma camada de intelectuais que incorpore um projeto e passe não somente a elaborar a estratégia de ação, mas também desenvolva uma tática concreta de combate nas trincheiras “inimigas”, silenciosamente, mas eficazmente. Trata-se de um processo longo e difícil para os próprios intelectuais, como afirma Gramsci:

Este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e recuos, de fragmentação e reagrupamentos (GRAMSCI, 1975, p. 1386).

Consciente disso, Dom Leme terá a oportunidade de difundir suas idéias e de expandir concretamente sua ação quando é transferido para o Rio de Janeiro, indicado para suceder o Cardeal Arcoverde. Toma posse no dia 5 de agosto de 1921, na convicção de que “é vontade do Santo Padre que aceite” a indicação.

No Rio de Janeiro, enquanto Arcebispo-coadjutor, irá “usar agora, os processos de recristianização que aplicara na arquidiocese de Olinda e Recife”. Por isso, “nesse seu empenho de recristianizar um povo D. Leme terá que canalizar, valorizando-as, as forças esparsas do apostolado católico leigo e – tarefa sumamente delicada – terá que promover a conquista para Deus dessas **classes dirigentes**, dessas **elites intelectuais** que **desempenham um papel decisivo na propagação das idéias**” (SANTO ROSÁRIO A STELA DE FARO, 1938).

Infelizmente, os líderes intelectuais católicos no Rio de Janeiro eram, de um lado, tradicionais, “homens de outra geração, não falavam a linguagem dos novos tempos”, segundo Regina do Santo Rosário. Por outro lado, faltava à geração jovem que Dom Leme encontrou na sede da Arquidiocese, “a combatividade e mesmo uma vocação decidida, por assim dizer irresistível, para a reconquista espiritual de seu meio, qualidade indispensável naquela hora crucial” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 174). Por isso, o Arcebispo Coadjutor aguardava “as indicações da Providência” que não tardaram a chegar. Ainda em 1921,

“A Providência enviou a Dom Leme o homem que, nessa primeira fase da campanha, seria por excelência o seu instrumento na conversão da intelectualidade brasileira: Jackson de Figueiredo” (SANTO ROSÁRIO A ALCEU, 1960),

convertido em 1918 ao catolicismo, depois de ter estudado em escolas protestante e leiga, em Aracajú, sua cidade natal e feito o curso superior em Maceió e em Salvador. Jackson será o braço estendido de Dom Leme na criação de uma “camada de intelectuais” orgânicos da Igreja. Para realizar a missão, Jackson de Figueiredo precisará contar com órgãos que possibilitem a elaboração da estratégia a seguir e sejam, ainda, veículos de ação combativa. Por isso, ele funda, no Rio de Janeiro, a revista *A Ordem*, em 1921, e o Centro Dom Vital, em 1922. De acordo com Nara Göcks, “estes dois empreendimentos animados por Dom Leme e dirigidos por Jackson de Figueiredo tinham um único objetivo – atrair a intelectualidade leiga do país, e mobilizá-la para o serviço da Igreja” (GÖCKS, 1988, p. 54).

Ao escrever na revista *A Ordem*, em 1961, Tristão de Athayde dirá que a revista *A Ordem*, desde o seu programa inicial, “tem os olhos voltados para o ‘inimigo da Igreja’, de um lado, e para os ‘católicos’ que se encontram acomodados, de outro”

(LIMA, 1961, p. 6). Estava criado o órgão que iria desenvolver a ação, o combate, a “guerra santa” contra os “ismos”, em especial o liberalismo e o comunismo, condenados pela Encíclica Quanta Cura e o Syllabus, de Pio IX, e se encarregaria de despertar aqueles intelectuais “dorminhocos”, acomodados, da Igreja. Mais ainda: para Tristão de Athayde, A Ordem funcionaria como um “pressure group que atua na base de um corpo de princípios” (LIMA, 1938, p. 32), à semelhança da futura LEC. Em maio de 1922, Jackson fundou o Centro Dom Vital, o segundo órgão que refletiria a reação da Igreja, o órgão de estratégia. O Centro Dom Vital iria reunir semanalmente a intelectualidade da Igreja com o objetivo de despertar a consciência católica adormecida e planejar o combate. Por isso, Dom Leme dirá:

Muito recomendamos o Centro Dom Vital, obra destinada à penetração espiritual dos intelectuais, por meio de bibliotecas, publicações de livros, debates, etc. A generosidade que dispensarmos a essa belíssima idéia frutificará em uma nova geração de intelectuais católicos.

As reuniões promovidas pelo Centro lembravam “pequenos círculos de cultura”, nas quais eram debatidos os problemas que afetavam a vida da Igreja e esboçadas as soluções (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 182).

Outro órgão importante foi a Confederação Católica do Rio de Janeiro, fundada em 8 de dezembro de 1922. Nas suas *Instruções para a Organização e Funcionamento das Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro*, diz Dom Leme que a Confederação será um

instrumento de coordenação da ação católica em todas as suas modalidades que tende a educar e formar as consciências dos católicos, de modo que, na sua vida privada e pública, possam agir sempre de conformidade com os princípios da Fé, e tende ainda a reunir para a Ação os esforços e a atividade de todos os nossos elementos aproveitáveis (LEME, Instruções, 1922, p. 85).

Para atingir esse objetivo, Dom Leme dividiu a Confederação em duas grandes Seções, as quais por sua vez, dividiram-se em diversas comissões (Defesa, e preservação da fé, obras de piedade e culto, propaganda, caridade e assistência, escolas, obras sociais e operárias, etc.): a Confederação Católica Masculina e a Confederação Católica Feminina, tendo como líderes exercendo a função de secretários, dois “delegados” escolhidos a dedo por Dom Leme: Secretário Geral da Seção Masculina, Joaquim Henrique Maфра de Laet, advogado, católico praticante e futuro membro do Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro; e para a Secretaria Geral da Seção Feminina foi indicada Stela de Faro, sobre quem estamos pesquisando, e que dirigiu esta Seção até 1945.

A Revolução de 1930, que colocou Getulio Vargas no poder, marcou de forma indelével a relação da Igreja com a sociedade política. Dom Leme queria exercer, por meio dos intelectuais orgânicos, uma ação firme e decisiva no sentido de influenciar o aparelho de Estado e, a partir dele, a sociedade civil, de modo a concretizar o processo de *restauração*. Da mesma maneira, o Estado precisava da Igreja como aliada a fim de que esta, juntamente com outros aparelhos da sociedade civil, difundisse uma visão de mundo favorável ao governo. Isso porque a Igreja era, melhor do que qualquer partido político, um aparelho com alcance nacional capaz de mobilizar a opinião pública em favor da Revolução (SCHWARTZMAN, 2000, p. 62).

Assim, Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde, solicitaria à Igreja “modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual”. Em 1934, Gustavo Capanema, considerado homem forte da Igreja, assumiu o Ministério da Educação e Saúde, “encarregado de executar seu projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através de seu representante leigo mais autorizado”, o Diretor da revista A Ordem e do Centro Dom Vital, Alceu de Amoroso Lima que viria a ser “o principal conselheiro de Capanema” (SCHWARTZMAN, 2000, p.66; CAPANEMA E ALCEU, Telegrama, 1934).

## REFERÊNCIAS

BRUNEAU, Th. C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CAPANEMA A ALCEU. Telegrama, Rio de Janeiro, março de 1934.

CARTA ENCÍCLICA IN PLUMIRIS SOBRE A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA: **Carta aos Bispos do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GÖCKS, N. **Intelectualidade católica no Brasil**. Dissertação de Mestrado, inédita. Orientador: Peri Mesquida. Piracicaba: PPGE, 1988.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, 1975.

LEME, S. Carta Pastoral. Olinda, 1916.

LEME, S. **Instruções para a Organização e Funcionamento das Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typograpia Leutzinger, 1922.

LIMA, A. A. **Mensagem de Roma**. Rio de Janeiro: Agir, 1950.

LIMA, A. A. **Elementos de ação católica**. Rio de Janeiro: Ed. ABC, 1938.

LIMA, A. A. **A Ordem**. In: Revista A Ordem, São Paulo: Ed. Autêntica, 1961.

LUSTOSA, O. F. **Política e Igreja: o partido católico no Brasil, mito ou realidade**. São Paulo: Paulinas, 1982.

MESQUIDA, P. e LORENZETTI, A. **Capitalismo agrário e romanização da igreja no Brasil**. Revista Comunicações, Piracicaba: PPGE, 2001.

PASTORAL COLLECTIVA. **Pastoral colectiva dos senhores arcebispos e bispos das Províncias ecclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, Cuyabá e Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Typographia Leutzinger, 1915.

SANTO ROSÁRIO. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

SANTO ROSÁRIO A ALCEU, Carta, 1962.

SANTO ROSARIO A ALCEU, Rio de Janeiro, carta, 1951.

SANTO ROSÁRIO A ALCEU, 1960.

SANTO ROSARIO A STELA DE FARO, Rio de Janeiro, carta, 1938.

SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHWARTZMAN, S. **Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CNPq, 1982.

Artigo recebido em: 1/7/2008

Aprovado para publicação em: 28/8/2008